

## EDUCAÇÃO COMPARADA: TESSITURA DE SER PROFESSOR NO BRASIL X JAPÃO

Autor (1)Ulsenheimer, W. F.<sup>1</sup>; Co-autor (1)Mafra, R. C. B.<sup>2</sup>,  
Co-autor(2) Dutra, I.<sup>3</sup>;  
Orientadora (3)- Brandão, A. E. D.<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Me. Wony Fruhauf Ulsenheimer, Universidad Columbia del Paraguay, <sup>2</sup>Regina Claudia Bentes Mafra, Universidad Columbia del Paraguay, <sup>3</sup>Izadora Alves Dutra, Universidad Columbia del Paraguay;

<sup>4</sup> Dra. Ana Estela Brandão Duarte, MEC- CAPES Brasil.

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma reflexão acerca da profissão de professor no Brasil e no Japão à luz da “Educação Comparada”. Comparar é um recurso fundamental nas atividades de conhecer; por isso mesmo, os educadores empregam sempre que desejam esclarecer questões teóricas e práticas relativas do seu mister. Para isso utilizamos a metodologia qualitativa, tendo como suporte estudos bibliográficos, que nos deram base para sanar as questões levantadas durante a pesquisa uma vez que a literatura nos permitiu fazer o confronto entre as diferentes formas de vida, tanto o tempo quanto nos espaços analisados. Abordaremos questões sobre os dados mais recentes da situação de desenvolvimento do país, bem como aspectos culturais políticos, econômicos que permeiam a história dos países e no que reflete sobre a educação. Acreditamos que o Brasil poderá alcançar um nível de alto desenvolvimento quando colocar a educação brasileira como prioridade, principalmente a educação básica. Pois este é o exemplo do Japão, que é conhecido por apresentar um sistema educacional com bases de qualidade.

**Palavras chave:** Educação comparada, valorização, professor.

### INTRODUÇÃO

Quando se pensa em professor, vem à mente uma pessoa que não teve oportunidade na vida, tentou outro curso, porém ou era menos concorrido, ou era a opção mais barata para aquele indivíduo. Ser professor vai bem mais além, requer amor, dedicação, muito empenho, acreditar que o impossível será possível, através da confiança conquistar novas amizades, onde dedica-se mais tempo ao outro do que a si mesmo, isso não impede de às vezes ser taxado de tolo e seguir guiando seus alunos por caminhos diferentes, chamar atenção quando necessário e continuar agindo como amigo.

O termo “professor” é definido no relatório da OCDE (2006, p. 25) “como uma pessoa cuja atividade profissional envolve a transmissão de conhecimentos, atitudes e habilidades determinadas para estudantes matriculados em um programa educacional”  
Apud (Bastos, 2015)

Segundo dados do Censo Escolar 2015-2016 hoje o Brasil conta com 2 milhões de professores atuantes na educação básica de ensino BENATTI (2016), em contrapartida no Japão este número é bem menor também pela extensão territorial.

O objetivo da educação não é ensinar coisas, pois elas estão disponíveis nos mais diversos lugares, (internet, livros, revistas, jornais), é ensinar a pensar, é criar a curiosidade na criança, a missão do professor frente a educação é provocar a inteligência, e não apenas repetir o que o sistema propõem, a educação deveria ser ligada a vida, por que é necessário saber viver, pois isso do prazer, pois vivemos sem se arriscar. A educação brasileira está preocupada com os vestibulares, pois são eles que vão dizer se o aluno é bom ou não, os sistemas de avaliação atuais não deveriam ser feitos imediatamente a conclusão do ciclo de estudos, teria de ser feita em um período maior, onde realmente o aluno seria capaz de mostrar se o que aprendeu no período de ensino foi realmente satisfatório ou não.

Um dos grandes desafios da educação é abandonar o antigo modelo de ensino onde existe a sala de aula, o quadro negro, os alunos sentados imóveis escutando o que o professor tem a ensinar, este modelo já é do século passado, hoje o professor é decisivo no processo de aprendizagem, este deve ser bem resolvido, dinâmico atual, capaz de despertar em seus alunos o prazer e a curiosidade em buscar e aprender sempre mais. As mudanças que devem vir a partir desse modelo não é de apenas um professor mediando o conhecimento, a partir de então serão um grupo de professores mediando o aprendizado do aluno juntos em diversas áreas ao mesmo tempo, de forma dinâmica.

Nesse sentido, temos como objetivo comparar a organização do trabalho docente no Brasil e Japão, a partir de uma visão global dos dois países. Para isso utilizamos a metodologia qualitativa, tendo como suporte estudos bibliográficos, que nos permitiram sanar as questões levantadas durante a pesquisa uma vez que a literatura nos permitiu fazer o confronto entre as diferentes formas de vida, tanto o tempo quanto nos espaços analisados.

## **A ORGANIZAÇÃO DO BRASIL**

Segundo o IBGE a área **territorial** do Brasil é de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, sua capital federal é Brasília, a população estimada é de 207,7 milhões de habitantes, a moeda em circulação - o real, o presidente do Brasil - Michel Temer, sua localização geográfica - no leste da América do Sul; o Brasil não tem um clima único, são eles o equatorial, tropical,

semiárido, tropical de altitude, e subtropical. As principais cidades são São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Manaus, Curitiba, Florianópolis, Cuiabá, Belém, São Luís, Maceió Fortaleza e João Pessoa.

A composição da **população** é de 43,1% pardos, 47,7% brancos, 7,6% negros, 0,4% indígenas, 1,1% de Amarelos. O idioma oficial é o português, a religião predominante é 64,4% Católica Apostólica Romana, 22,2% Evangélicos, 8% Sem Religião, 2% Espírita, 0,1% não sabem. A expectativa de vida desta população é de 75,8 anos.

A **cultura** no Brasil também é bem diversificada, tendo ainda forte influência dos povos e etnias que habitaram o território desde a antiguidade, contudo não se pode dizer em específico qual é a cultura predominante, mas que devido a colonização portuguesa ainda se percebe muitos traços da cultura lusitana. Na música, culinária, folclore, artesanato e na dança por exemplo, as principais influências são a cultura africana, indígena. Mas como a extensão territorial é relativamente grande, cada região tem uma influência própria, no Norte é cultura indígena, nordeste tem cultura africanizada, sul a influência vem dos imigrantes alemães e italianos, mas também pelos árabes, espanhóis poloneses e japoneses.

A **economia** brasileira é baseada na agricultura do algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, laranja e soja, já na pecuária são os bovinos, equinos, muares, asinino, bubalinos, suínos, ovinos, aves e coelhos. Com a mineração extrai - se bauxita, ferro, manganês, ouro e petróleo. Na indústria são de transformação de bens de consumo e bens duráveis. Com isso o PIB (Produto Interno Bruto) foi no ano de 2016 de 6,267 trilhões de reais. Apesar disso o salário mínimo não ultrapassa os R\$ 955,00 no ano de 2018, e a taxa de desemprego atingiu 12,8% no ano de 2017. Em se tratando quanto aos investimentos em educação, são aplicados apenas 4,9% do PIB (OCDE), não se pode falar em **valorização** do professor sem citar o piso salarial, que no ano de 2018 ficou em 2455,55, para uma carga horaria de trabalho de 40 horas semanais, atendendo em média 40 alunos por turma em cada horário.

A **educação** no Brasil, é assegurada na Constituição Federal, e de competência comum da União, Estados e Municípios e Distrito Federal, como direito de todos, sendo assim junto com a saúde e a segurança é uma das esferas mais importantes, é assegurada por uma legislação muito rigorosa afim de se fazer cumprir os direitos da sociedade. Neste país a taxa de analfabetismo em 2016 é de 7,2% da população, a renda per capita ainda no ano de 2016 foi de R\$ 30.407, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,754,

sendo classificado como alto desenvolvimento Humano. A Constituição de 1988, designado como “Da Educação”, determina os pontos mais importantes da educação dentro dos sistemas de ensino, do estado, aos recursos públicos e aos objetivos e áreas a serem aplicadas, garantidos no art. 205: “*o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”.

FLEURY & MATOS (1991), no entanto citam que o Brasil é o que apresenta a menor duração do ensino compulsório gratuito: 8 anos, entre os países desenvolvidos, o Japão é o que apresenta o menor número de anos de ensino compulsório gratuito: 9 anos.

Esse ensino é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, sendo esta a principal legislação da educação brasileira, considerada a Carta magna da Educação, pois é ela que organiza e regulamenta a o funcionamento do sistema educacional, tanto no setor público como no privado. Ela foi reformulada em 1971 e 1996 conhecida como a LEI 9392/96, e a última aconteceu em 2017. Esta define os princípios, fins, direitos e deveres da educação, sendo as principais: Organização Nacional da Educação, Níveis e Modalidades de Educação e Ensino, e Profissionais de Educação. Os principais avanços da LDB são a regulamentação da Educação Infantil como nível inicial de ensino, a implementação da educação básica, e também inclui o ensino fundamental e médio. Com a regulamentação da educação infantil este nível de ensino passou a ser obrigatório e, portanto, os pais têm o dever em matricular seus filhos a partir de 4 anos de idade. Ela também regulamentou a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), onde padroniza o currículo nacional, respeitando as individualidades de cada região. Retirou a obrigatoriedade de vestibulares para os alunos ingressarem nas universidades, incluiu as creches no sistema de ensino e estimulou novos sistemas de educação como por exemplo a educação a distância, e ainda determinou a criação de um Plano Nacional de Educação (PNE).

“No Brasil, durante a década de 70 (entre 1971 e 1982), o ensino profissionalizante foi obrigatório nas escolas públicas de segundo grau; em 1982, dispensou-se as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando-se a ênfase à formação geral. O ensino profissional ficou a cargo das escolas técnicas e instituições como SENAI/SENAC, existindo a possibilidade dos alunos formados nestes cursos ingressarem no nível superior” FLEURY & MATOS (1991).

No Brasil as crianças ingressam na educação básica (educação infantil) dos 0-5 anos, ensino fundamental 6-14 anos, ensino médio de 15-18 anos, graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado).



## A ORGANIZAÇÃO DO JAPÃO

O Japão localizasse a leste da Ásia com extensão territorial de 372.819 km<sup>2</sup>. A capital é Tóquio, as principais cidades são: Tóquio, Ozaka, Yokohama, Nagoya, Sapporo, Kyoto, Kobe. A constituição do Japão datada de 1947, é baseada nos princípios da soberania popular, respeito pelos direitos humanos, e na defesa da paz. O país é um império que adota a democracia como sistema político. O governo é composto pelos poderes legislativo (Parlamento com Câmara Alta e Câmara Baixa), Judiciário e Executivo (Gabinete do Primeiro Ministro).

O parlamento é “o mais alto órgão do poder do Estado”, conforme estabelece a Constituição Japonesa. É o núcleo do sistema de governo do Japão e tem precedência sobre o Poder Executivo. A nomeação do primeiro ministro, chefe do executivo é feita pelo parlamento. É o premiê que escolhe entre os parlamentares os ministros que comporão seu gabinete. Também tem poderes para nomear o Juiz Chefe e outros Juizes da Suprema Corte. Entre as tarefas da Suprema Corte está a de determinar a constitucionalidade de cada lei ou ação oficial.

A **população** do Japão é estimada em mais de 126,045,211 habitantes, composto por japoneses coreanos e chineses. A **cultura** do Japão evoluiu enormemente com o tempo, da cultura do país original, Jomon para sua cultura híbrida contemporânea, que combina as influências da Ásia, Europa e América do Norte. Depois de várias ondas de imigração do continente e Ilhas do Pacífico, os habitantes do Japão experimentaram um longo período de relativo isolamento do resto do mundo.

No último século, a cultura japonesa foi também influenciada pela Europa e pela América. Apesar dessas influências o Japão gerou um complexo único de artes (Ikebana, origami, ukiyo-e), técnicas artesanais, espetáculos, música e tradições, além de uma culinária única.

O Japão moderno é um dos maiores exportadores do mundo de cultura popular. Os desenhos animados, histórias em quadrinhos, filmes, a cultura pop japonesa – literatura e música conquistaram popularidade em todo o mundo, e especialmente nos outros países asiáticos. Lá a **economia** destaca-se como terceira maior economia do mundo, com um PIB estimado em 2010 de U\$\$ 4,31 trilhões, Segundo a (OCDE, Japão, Como vai a Vida?, 2018), no Japão, a média da renda líquida ajustada disponível por família *per capita* é de US\$ 28.641,00 por ano, um pouco maior até que a média da OCDE de US\$ 30.563,00, destaca-se na produção e exportação de veículos, equipamentos eletrônicos e artigos de informática, além das metalúrgicas, siderurgia e produção naval,

empresas multinacionais e um forte sistema bancário. A **educação** no Japão é uma prática ancestral, pois antecede o próprio exercício da escrita chinesa neste país, a qual teve início entre os séculos VI e VII d.c.. No princípio ela se limitava a aristocracia, elite da sociedade japonesa. Ao longo do Período Edo, porém a massa popular já havia conquistado o acesso ao sistema escolar; os samurais foram beneficiados com cursos designadamente direcionado a eles, mas as outras classes contavam com escolas mistas, nas quais aprendiam a escrever, ler e contar.

Uma população bem instruída e com treinamento qualificado é essencial para o bem-estar socioeconômico de um país. A educação possui um papel extremamente importante em fornecer às pessoas o conhecimento, as habilidades e as competências necessárias para uma participação efetiva na sociedade e na economia. Ter uma boa educação aumenta consideravelmente a probabilidade de encontrar emprego e ter renda suficiente. Os japoneses podem esperar estudar por **16,4 anos, entre os 5 e 39 anos de idade**, menos que a média da OCDE de 17 anos. (OCDE, Principais Descobertas, 2018).

Por meio dessa estrutura educacional, 40% dos japoneses já eram alfabetizados quando em 1868, foi deflagrada a Restauração Meiji. Nesta mesma época instituiu-se no Japão o sistema de escolas primárias, secundárias e foram criadas as primeiras universidades. Os alunos percorrem cinco etapas: jardim de infância, primário, ginásio de primeiro grau, ginásio de segundo grau e finalmente a universidade.

“Os fatos mostram que o Japão sempre teve, ao longo de sua história, uma constante e permanente atenção para com a educação. Este empenho, no entanto, ganhou ênfase sobretudo a partir de 1868, data da Restauração Meiji, que iniciou, através da educação, um processo de modernização do país” COSTA (1985).

No Japão também existem as universidades juniores, nas quais é possível encontrar cursos de menor extensão, em média de 2 a 3 anos. Há inclusive pós-graduações que oferecem um conhecimento mais profundo. Conforme dados do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, relativos ao ano de 2005 aproximadamente 75,9% dos estudantes egressos do estágio considerado como ensino médio ingressam em uma Universidade, frequentam um curso profissional ou demais etapas posteriores a estes graus secundários. A OCDE ainda relata que em 2015, após a Avaliação Internacional do Aluno (PISA), que o Japão foi o país com maior desempenho em leitura, matemática, ciências, e os alunos de ensino médio tiveram desempenho ainda superior até da média da própria OCDE.

A formação educacional é gratuita e compulsória, para todos os que estejam na faixa etária localizada entre os 6-15 anos, apesar de uma boa parte dos graduados neste

estágio, seguirem voluntariamente para o período seguinte, correspondente ao segundo grau; já se tornou praticamente uma tradição, para os estudantes, ter no currículo essa fase da educação. É em abril que se inicia o ano letivo nesse país. O currículo de cada etapa é estabelecido pelo Ministério da Educação, Cultura Esportes, Ciências e Tecnologias. O material pedagógico é constantemente submetido a análise e apreciações.

**Valorização** do professor no Japão: quando falamos da escola, logo nos lembramos dos nossos professores. Profissionais da educação que marcaram nossa história e de forma educativa e afetiva contribuíram para a nossa formação escolar, o professor é realmente valorizado? E de que maneira este profissional poderia ser valorizado em sua profissão? Analisaremos e refletiremos sobre a valorização deste profissional, entre dois países Japão e Brasil.

O Japão está entre os países mais avançados na área da educação. Lá, ser professor é a profissão educadora e muito respeitada, sendo chamado de sensei, que em sua tradução literal é “aquele que nasceu antes”, reconhecendo a sabedoria e a experiência daquela pessoa em sua área. O professor é visto como uma prioridade, sua valorização é estabelecida pelo governo. Ele ressalta que, além de aspectos culturais existem fatores da política educacional do Japão que são essenciais para a garantia da criança. Com isso o país se desenvolveu pelos altos investimentos na educação.

## **ANÁLISE CRÍTICA ENTRE BRASIL X JAPÃO**

Para a OCDE um nível maior de educação geral contribui efetivamente para o desenvolvimento do capital humano, – entendido como os conhecimentos, as competências, e características individuais que facilitam a criação do bem-estar pessoal, social e econômico – e do capital social, isto é, das redes, das normas, dos valores, das convicções que facilitam a cooperação intra e entre os grupos. Por isso, nessa ótica, é preciso melhorar a qualidade da educação e esse fato passa, dentre outras variáveis, pela formação de professores. (Maués, 2011).

No Brasil, o governo discursa honra ao professor e promete valorização profissional, mas o que percebemos é que a educação brasileira e a valorização do professor não são prioridade para o governo. Temos uma educação movida por modismos, principalmente em relação aos materiais tecnológicos, o que não tem melhorado a prática pedagógica. SOUZA (2013), relata ainda que no Brasil, a profissão ainda é predominantemente feminina.

No ano de 2010, o investimento do governo na educação brasileira foi 5,1%, do Produto Interno Bruto (PIB). O Projeto de Lei 8035/2012, que aprovou o plano nacional de educação para o Decênio 2011-2020, prevê que o investimento público na educação seja estendido progressivamente até atingir o patamar de 7% do PIB.

Para SOUZA (2013), os docentes da educação básica no Brasil em sua maioria são pessoas com experiência de trabalho. Para ele, isso quer dizer que, mesmo com a renovação de quadros, com a ampliação na contratação, os docentes estão permanecendo mais tempo na profissão, cerca de 20 anos.

Os professores japoneses devem ter uma titulação acadêmica mínima de ME ou PhD, mas algumas exceções são feitas para profissionais do próprio país. Por não ter um órgão que recrute professores, as conexões pessoais são a melhor maneira de entrar no corpo docente, assim estes profissionais possuem emprego garantido não dependendo do seu desempenho como docente ou pesquisador.

No Brasil a exigência para atuação do professor brasileiro é a formação de graduação em cursos de licenciaturas, não sem a necessidade de outros cursos complementares ou específicos voltados para a área de atuação, esta qualificação exigida dos professores do primeiro segmento do ensino fundamental, tem se mostrado inferior à dos países desenvolvidos bem como seus salários.

No Japão os professores passam por uma avaliação de conhecimentos gerais para darem aulas no ensino fundamental e anualmente são submetidos a este teste. Isso para garantir que haja um acompanhamento de desempenho dos professores, sendo que os professores que apresentarem melhores resultados são bonificados como incentivo pela busca de conhecimento. Nas salas no Japão existem dois profissionais da educação, um professor e um assistente para auxiliá-lo durante as atividades do cotidiano escolar, isso acontece pois na visão deles, um professor sozinho não consegue oferecer ensino de qualidade para mais de 30 alunos em classe.

A educação japonesa, mescla atividades tradicionais, com cursos específicos, e as políticas públicas garantem que os professores estejam em busca de conhecimento até a aposentadoria. As profissionais novas são acompanhadas por monitores dois dias por semana, outra política é o estímulo às atividades em equipe, é comum os professores planejarem, elaborarem e refletirem sobre seu planejamento e material didático em conjunto, assim como visitarem a sala de aula dos colegas para observarem seu trabalho porém é o Ministério da Educação que define as matérias que compõem o currículo, o número de horas/aula e a duração do ano letivo, vale ressaltar que os professores,



enquanto categoria profissional, reagem a este tipo de administração; as suas reivindicações, relacionam-se, em sua maioria, à maior autonomia da própria prática pedagógica.

A realidade do Brasil já é bem diferente, nas escolas públicas, as salas de aula são compostas na média de 40 alunos para um professor, sem direito a um auxiliar, então este professor sozinho precisa lograr êxito nos conteúdos estabelecidos para aquela série, assim como da diversidade dos alunos, problemas de disciplinas, rendimento e a motivação de seus discentes. Para SOUZA (2013),

“há uma preocupação em se averiguar as possíveis mudanças pelas quais estariam passando esses profissionais, tendo em vista os câmbios na condução e direção das políticas educacionais, em geral, e das dedicadas ao trabalho/trabalhador docente, em especial”. (SOUZA, 2013).

Este professor é responsável também por outras atividades, com as necessidades relativas ao currículo, neste sentido, cita-se a necessidade de aperfeiçoamento profissional dos professores, novas metodologias de ensino, de apresentação da informação de comunicação, de avaliação, de definição de objetivos. Não se pode deixar de citar as necessidades dos próprios professores, mais ligados à abordagem dos professores, como profissionais e como pessoas, do que ao ensino. Esse conjunto revela não só as necessidades que o professor tem, mas também nos faz refletir sobre as ações educativas que ele precisa escolher para resolver as dificuldades de sua prática profissional e de seus alunos.

## CONCLUSÃO

Quando falamos sobre a história, política, cultura e educação do Japão, notamos claramente que existe uma relação entre todas essas áreas e que esta preserva a tradição do país.

Contudo, o que pudemos observar é que a organização o planejamento, a cultura, a tradição, e a disciplina, estão presentes no cotidiano da vida dos japoneses. A valorização e o respeito ao professor também fazem parte dessa cultura, se até mesmo o imperador que é o símbolo mais supremo do país faz reverência e o considera um profissional de patamar único e supremo. Eles acreditam que o futuro da nação está nas mãos das crianças, por isso a educação é muito valorizada, rigorosa e disciplinada. Portanto para que a educação dê certo é necessário ter profissionais competentes,

avaliados por rigorosas seleções, que possuam alto grau de conhecimento e que sejam bem remunerados.

Conforme a OCDE relata, os professores são os responsáveis pelo sucesso do desenvolvimento de seus alunos, por isso, a melhoria da qualidade destes professores talvez seja uma orientação política eficaz para o maior ganho no desempenho escolar. Nesse sentido, acreditamos que o Brasil poderá alcançar um nível de alto desenvolvimento quando colocar a educação brasileira como prioridade, principalmente a educação básica. Além dos poucos recursos e condições mínimas de trabalho existentes na maior parte das escolas públicas brasileiras, a remuneração salarial e os planos de carreira ainda deixam muito a desejar, o que certamente reduz a qualidade dos serviços prestados desviando muitos profissionais da educação para outras áreas de atuação. Já no sistema do Japão é conhecido que o sistema educacional apresenta bases de qualidade muito superior do que a maioria dos países do mundo, com uma política que incentiva a produção e a inovação tecnológica desde as primeiras etapas da escolarização. O professor tem a missão de formar o aluno de forma geral, ou seja, ele intervém na educação dada pela família e exige obediência. Essa atitude é acatada pela sociedade japonesa, o professor tem status, prestígio social e conseqüentemente é uma figura de destaque.

Concluimos que para alcançar o respeito e o prestígio dispensado ao professor no Japão ainda precisamos firmar a profissão docente no Brasil. A questão do reconhecimento profissional, esta que faz com que muitos bons professores deixem a profissão, os baixos salários, a forma com que o professor é visto no Brasil, são fatores de desmotivação para os profissionais. Porém, é inegável que amar sua profissão é fundamental para se manter professor no Brasil ou no Japão, pois sempre existem desafios diversos a se enfrentar.

## **BIBLIOGRAFIAS:**

- BASTOS, R. d. **As recomendações da ocde para a formação do professor no brasil.** *Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte CBCE.* (2015).
- BENATTI, Bárbara **Estudo do TPE traça perfil dos professores no Brasil**  
<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/38137/estudo-do-tpe-traca-perfil-dos-professores-no-brasil/> maio/2016 acessado em 11/01/2017 as 16:22
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Df: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL **Dados Gerais do Brasil** disponível em <https://www.suapesquisa.com/paises/brasil> acessado em 11/01/2018 as 17:52.

**Cultura Japonesa.** Disponível em [Http:// www.culturajaponesa.com.br](http://www.culturajaponesa.com.br) acessado em 11/01/2018 as 16:03.

COSTA, M. **O desenvolvimento educacional do Japão.** *Fórum Educacional*, pp. 67-73. (1985).

FLEURY, M. T., & MATTOS, M. I. (1991). **Sistemas Educacionais Comparados.** *Estudos Avançados.*

FILHO, M. B. L. **Educação comparada**, 3ª Edição- Organização: Carlos Monarcha, Ruy Lourenço Filho, Brasília/ DF 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018.

MAUÉS, O. C. **A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?** *Educação*, 75-85. (2011).

OCDE. **Japão, Como vai a Vida?** Fonte: OCDE Better Life index: [http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/japan-pt/\(2018\)](http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/japan-pt/(2018)).

OCDE. **Principais Descobertas.** Fonte: [oecdbetterlifeindex: http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/japan-pt/\(2018\)](http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/japan-pt/(2018)).

PAINI, I., Greco, E. A., Amblard, V. M.L. A, **Formação de professores no Brasil: Problemas e Perspectivas.** Revista Poiésses Pedagógicas. Uberlândia – MG 2011.

SOUZA, Â. R. **O professor da educação básica no Brasil.** *Educar em Revista*, pp. 53-74. (2013).